

POLOS PRODUTIVOS SPARTACO E GINETTA: UM EXEMPLO DE EMPRESAS BASEADAS NOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA DE COMUNHÃO

Ana Jussara Silva do Nascimento¹
Mychellyne Stefanya Bento Brasil e Santa Cruz¹
Catharine Stefanya Bento Brasil e França¹

RESUMO:

O Brasil apresenta uma significativa importância ao Projeto da Economia de Comunhão, por ser considerado o “berço da Economia da Comunhão” visto que o primeiro polo produtivo foi instalado no país, assume a segunda posição em quantidade de empresas instaladas em seu território, ficando após a Itália. Embora seus princípios da partilha de lucro sejam extremamente diferenciados que as empresas tradicionais, a economia de comunhão usa formas semelhantes aos dos distritos industriais no que se refere a estrutura de seus polos, sendo conglomerados de empresas. Da construção a administração dos polos produtivos/ou empresariais, são realizadas por empresas que se dedicam a este fim, que adquirem e urbanizam as áreas para posteriormente alugarem para as empresas da Economia de Comunhão, sendo que estas empresas também seguem os princípios destas, administrando baseados na gratuidade, a reciprocidade e a partilha, com diretores não remunerados e preço de mercado inferiores ao do mercado imobiliário. Fato marcante que atribuído aos polos é a expansão da economia de comunhão que ultrapassa de escala local para mundial, aumentando a sua possibilidade de sucesso. No Brasil existem atualmente dois polos produtivos, localizados em seu território, os quais são: Polo Spartaco, situado em Vargem Grande Paulista, município de São Paulo e o Polo Ginetta em Recife, capital de Pernambuco.

Palavras-chave: Empresas, Princípios, Economia de Comunhão.

1 INTRODUÇÃO

Abordaremos uma temática que para muitos autores simpatizantes é considerado como algo novo, enunciado enquanto Economia de Comunhão. Motivada por um grande problema enfrentado principalmente nos países periféricos, que são as desigualdades na concentração de renda entre países e entre classes sociais, no impulsionou a criação do projeto de Economia da Comunhão (EdC), que teve como fundadora Chiara Lubich a partir do movimento religioso de um grupo cristão católico denominado de Focolares. No Brasil o projeto da EdC, versão empresarial e econômica do movimento, surgiu em 1991 com a visita da fundadora a cidade de São Paulo, que propôs a criação de empresas que fossem dirigidas por pessoas éticas, honestas e competentes que se dispusessem livremente, baseados na cooperação entre os agentes, o respeito às leis e ao meio ambiente e o apoio a projetos sociais partilhando parte do seu lucro a serviço do bem comum (VILLARDI, 2007).

A Economia de Comunhão é uma experiência empresarial que vem se destacando no mercado, caracterizada, sobretudo, pela distribuição alternativa do capital que assegura aos trabalhadores associados à posse dos meios e dos bens de produção, como pode ser percebido nas cooperativas de produção (SINGER, 2003). Além disso, o modelo gestor das empresas da Economia de Comunhão fundamenta-se na democracia, ou seja, há uma participação direta dos associados, ou por representação, nas receitas líquidas e no lucro anual obtido pelas cooperativas, que são distribuídos entre os cooperadores, mediante discussão e aprovação entre todos (Ibid., p.13). Vale ressaltar que estas empresas também produzem para o mercado capitalista.

Iniciaremos com uma discussão acerca da Economia Solidária, apontada como uma alternativa à economia de mercado, posteriormente apresentaremos a Economia de Comunhão, considerando pontos importantes quanto as sua origem e evolução, características base e formas de gestão como empresa, para posteriormente apresentarmos um relato da experiência dos Pólos industriais no Brasil, sendo estes o Pólo Produtivo Spartaco, localizado em São Paulo e o Pólo Produtivo Ginetta, localizado no município de Igarassu, Estado de Pernambuco,

analisaremos as empresas que estão localizadas em ambos os Pólos, apontando suas características e produtos produzidos

2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ECONOMIA ALTERNATIVA

Acerca da racionalidade econômica consideremos duas hipóteses: o “individualismo”, no qual “*homo oeconomicus*” raciocina motivado na melhor escolha para si e a “instrumentalidade”, na qual a “bondade de uma ação é medida por sua capacidade de ser um meio para atingir um resultado” (BRUNI, 2005 p. 90). Diante destes fundamentos, optar por não cooperar dentro desse universo individualista, parece ser uma boa estratégia, por não haver uma certeza quanto as intenções do outro, já que posso ser explorado, caso coopere ou explorar, caso o outro permita ser explorado (Ibid., p.91). Diante de uma sociedade na qual o sistema vigente é o capitalismo e uma minoria que detém grande poder de decisão devido à má distribuição de renda gerando imensas desigualdades sociais, dos altos índices de pobreza e miséria, a própria sociedade busca soluções que venham a se tornar alternativas para geração de emprego e renda. Tais iniciativas carregam traços característicos que são descritos por LEITE (2007) em duas bases principais:

A primeira é que existe uma forte tendência a querer conjugar a lógica e a cultura da empresa com aquela da solidariedade, podendo se tanto organizações privadas como voluntárias desde que possuam um benefício público. A segunda é que os sujeitos envolvidos em tais atividades procuram viver a atividade econômica, primariamente, como busca de significados e de sentido, onde os valores passam a desempenhar um papel crucial apresentando em todos os níveis, um elemento de gratuidade, mais precisamente seguindo o conceito de dádiva, e um elevado grau de idealismo advindo de valores extra-econômicos (LEITE, 2007 p.109).

Dentro desses padrões e acréscimos de solidariedade e cooperativismo, pontos cruciais que articulados de forma estratégica tragam benefício à vida social e a própria sociedade como um todo. No momento em que há esse direcionamento de responsabilidade dos que detém o poder, para o campo social é que surgem economias alternativas as de mercado ou complementares a estas, que para alguns são definidas como economia “não de mercado” (LEITE, 2007 p.111) constituindo uma economia guiada pelo princípio da redistribuição do papel do Estado, este é o caso da Economia Solidária, que pode ser vista, como um modo de vida na qual há

uma subordinação da economia. A sua finalidade que é “prover, de maneira sustentável, as bases materiais para o desenvolvimento pessoal, social e ambiental do ser humano, sendo a valorização central o trabalho humano” (SHNEIDER, 2003 p.151). Seu referencial é cada pessoa e ao mesmo tempo toda a sociedade e a eficiência econômica não se limita apenas aos benefícios materiais, mas a qualidade de vida e a felicidade de seus membros.

A Economia Solidária pode ser vista como a união de pessoas mais fracas e até mesmo excluídas que querem trabalhar para desfrutarem de uma vida mais digna, num movimento de solidariedade que abrem novos caminhos de trabalho, igualdade e distribuição de bens, não só materiais, advindos da associação cooperativa das pessoas, que se ajudam de forma mútua, construindo um modelo de interações no processo produtivo, como um novo sistema econômico e social, de forma alternativa ao sistema capitalista. Enquanto a economia capitalista foca como principal objetivo o lucro, a economia solidária com suas bases no cooperativismo, considera o excedente, mas volta a sua atenção para uma economia de serviços que supram as necessidades das pessoas, melhorem suas condições econômicas e sociais. Cada vez mais surgem novas cooperativas e formas de organização que associam os princípios da economia Solidária em suas relações de produção, como são listadas por LEITE (2007):

A esse respeito podemos enumerar, por exemplo: o movimento de Autogestão de Empresas pelos Trabalhadores; o Comércio Ético e Solidário, Agricultura Ecológica, Consumo Crítico, Consumo Solidário, Sistemas Locais de Emprego e Comércio (LETS), Sistemas Locais de Troca (SEL), Sistemas Comunitários de Intercâmbio (SEC), Rede Global de Trocas, Economia de Comunhão (EdC), Sistemas de Microcrédito e de Crédito Recíproco, Banco do Povo, Bancos Éticos, Grupos de Compras Solidárias, Movimento de Boicote, Sistemas Locais de Moedas Sociais, Cooperativismo e Associativismo Popular, difusão de Softwares Livres, entre outras práticas que costumam ser situadas como alternativa ao modelo vigente entrando no vasto campo da Economia Solidária e/ou civil (LEITE, 2007 p. 111).

2 A ECONOMIA DE COMUNHÃO

A Economia de Comunhão (EdC), faz parte de um movimento mais vasto, a Economia Solidária, sendo uma continuidade das grandes formas de economia alternativa produzida pela sociedade civil nos últimos séculos. Em nossa sociedade, o distanciamento entre pessoas e países ricos e pobres, a destruição de

ecossistemas naturais, motivaram iniciativas que tentam combinar, na própria gestão empresarial, crescimento econômico, justiça social e respeito ao meio ambiente. O projeto desenvolvido pela Economia de Comunhão inova ao propor um modelo de organização em rede baseado em princípios éticos e religiosos, que prega a cooperação entre os agentes, o respeito às leis e ao meio ambiente e o apoio a projetos sociais (MARQUES, 2007). Tal projeto foi idealizado pela italiana Chiara Lubich, surgindo a partir de uma iniciativa de membros do Movimento dos Focolares (em italiano, fogo no lar, porque se reuniam em volta de fogueiras), organizados em um grupo eclesial e civil, fundado em 1943. Atualmente, o movimento está presente em cerca de 182 países, com aproximadamente 150 mil membros, que somados aos simpatizantes, formam um contingente de quatro milhões de pessoas (MOVIMENTO, 2003).

No movimento dos Focolares, a visão de mundo está centrada na realidade que Deus é Pai de todos, no qual todos os homens são chamados a se comportarem como filhos e irmãos entre si, numa fraternidade universal. Sendo típico no movimento a “cultura do dar”, associada ao amor e benevolência que devem ser vividos pelas pessoas e assim florescer a solidariedade e esquecendo o egoísmo (LUBICH, 2002 p.14). Os fatos econômicos também são interpretados como evidências divinas, defendendo assim, que dimensões econômicas sejam expressões da vida espiritual. Deste modo, há influência de aspectos religiosos na criação do projeto da Economia de Comunhão, sendo uma alternativa econômica global e a sua estruturação de bases religiosas, vem se associar a durabilidade e longevidade que estes movimentos se apresentam em diversas culturas globais (GOLD, 2003). O Brasil foi o primeiro país a receber o movimento dos Focolares fora do continente europeu, a partir da cidade de Recife no ano de 1958, quando oito focolarinos migraram da Itália para o Brasil, seu estilo de vida atraiu simpatizantes fundando daí o primeiro grupo do Movimento dos Focolares no Recife, se difundindo para diversos outros estados nordestinos e brasileiros (GUIMARÃES, 2006).

Em seguida o movimento se expandiu para a América do Norte, África e nos anos seguintes Ásia e Oceania; além dos princípios religiosos, outros marcantes ao movimento como a solidariedade, a unidade, a paz atraem muitos simpatizantes em diversos continentes (MOVIMENTO, 2003).

A princípio o movimento fundou pequenas comunidades em vários locais do mundo onde conviviam pessoas de diversas nacionalidades e formações, agrupados em pequenas “cidades”, chamadas de Mariápolis Permanentes ou “Cidadezinha de Maria”, sendo um centro de convivência e de moradia dos adeptos do Movimento, que tem como proposta uma convivência fraterna de pessoas e famílias alicerçadas na comunhão dos bens materiais, procurando viver a unidade em meio às diferenças, que são próprias de cada indivíduo, tendo como horizonte de sentido a “cultura do dar” (BRUNI, 2005, p.26) na qual é proposto um novo modelo de sociedade, com casas, escolas, nas quais “a única lei é o amor recíproco evangélico e a comunhão de riquezas culturais, espirituais e materiais” (GUIMARÃES, 2006). A primeira Mariápolis se originou na Itália no ano de 1965 com 750 habitantes oriundo de 70 países diferentes. Somam um total de 33 Mariápolis em cinco continentes, recebendo visitantes em diversos encontros de caráter humanitários e espirituais.

Quanto a Economia de Comunhão, esta surgiu motivada por ocasião de uma das visitas de Chiara Lubich, em fins de maio de 1991, à sede do movimento focolarino no Brasil, em Mariápolis Ginetta, que se localiza em Vargem Grande Paulista, região metropolitana de São Paulo. Ao vivenciar os enormes contrastes sociais da cidade de São Paulo, cuja miséria atinge tantas pessoas, foi percebido um alto índice de pobreza nos membros do Movimento e aquilo que era feito com a comunhão dos bens não era suficiente. Daí a idéia do aumento das receitas com o surgimento de empresas confiadas a pessoas que estivessem em condições de fazê-las funcionar com eficiência e obter bons resultados. A proposta de Chiara Lubich era montar empresas com pessoas éticas e competentes, dispostas a partilhar com os mais necessitados os resultados de seu trabalho, ou atrair pessoas que estivessem insatisfeitas com o atual nível ético das práticas empresariais e com a crise socioambiental que afeta o planeta, mesmo que estivessem em outras empresas já existentes. O propósito do projeto EdC é ambicioso: mudar as empresas para mudar a economia e a sociedade como um todo, visando reduzir as desigualdades (VILLARD, 2007).

A descrição de LUBICH (2002) sintetiza a sua visão quanto a economia de Comunhão:

“Ao contrário da economia consumista, baseada na cultura do 'ter', a Economia de Comunhão é a economia da partilha. Isso pode parecer

difícil, árduo, heróico. Mas não é assim, pois o homem, criado à imagem de Deus, que é Amor, encontra a sua realização justamente no amor, na partilha. Esta exigência reside no mais íntimo do seu ser, quer ele tenha fé ou não. E é nesta constatação, comprovada pela nossa experiência, que está à espera de uma difusão universal da Economia de Comunhão”.

Quanto ao aspecto econômico, esse estilo de vida originário do Movimento se concretizou, após quase cinquenta anos, no projeto Economia de Comunhão. Seguindo os critérios propostos pelo projeto, os lucros obtidos têm a seguinte destinação: a) uma terça parte desse lucro seria usada para incrementar a empresa; b) uma terça parte seria usada para ajudar as pessoas necessitadas; c) a última terça parte seria destinada para desenvolver estruturas visando a formação de homens e mulheres que motivam a sua vida pela “cultura do dar”, “homens novos”(LUBICH, 2002, p.14). Podemos dizer que o objetivo da Economia de Comunhão é gerar recursos para ampliar a capacidade do Movimento dos Focolares ajudando as pessoas necessitadas que estejam vinculadas a ele e divulgar a Cultura da Partilha (SANTOS, 2007).

A idéia da Economia de Comunhão foi acolhida com entusiasmo no Brasil, na América Latina, Europa e em diversos outros países. Havendo a criação de diversas empresas e a adesão de diversas outras já existentes. Em 2005, segundo o escritório do projeto no Brasil, em Vargem Grande Paulista, no interior de São Paulo, operavam 735 empresas espalhadas em diversos continentes, atuando em mais de 90 atividades produtivas, operando como centros de trabalho de ajuda mútua e desse total, 121 estavam no Brasil, distribuídos em cinco pólos, sendo o de Vargem Grande Paulista o principal. No Nordeste, em Igarassu (região metropolitana de Recife), há um polo industrial denominado “Ginetta”, além de outras empresas naquela região que já aderiram à Economia de Comunhão, tais como: Prodiel (produtos farmacêuticos), Portal Tecnologia (serviços eletrônicos), Zatec Ágape Tecnologia (especializadas em cercas elétricas), Campo Fértil Cia (panificação), dentre outras.

LUBICH (2002, p. 18) cita algumas características que considera significativas quanto ao projeto da EdC:

- Os sujeitos das empresas de EdC procuram seguir o mesmo estilo de comportamento que vivem nos outros âmbitos da vida.

- Na EdC propõem-se comportamentos inspirados na gratuidade, na solidariedade e na atenção aos menos favorecidos, não apenas nas atividades sem fins lucrativos, mas também em empresas onde o lucro é um objetivo que, no entanto, deve ser colocado em comumhão.
- As empresas de EdC se apóiam e se desenvolvem em polos industriais. As que estão geograficamente distantes se unem em torno do ideário do projeto por meio de congressos e periódicos onde compartilham suas práticas.
- Os indivíduos em dificuldades econômicas, destinatários dos lucros distribuídos, não são considerados assistidos ou beneficiários das empresas, mas membros ativos do projeto porque eles partilham a “cultura do dar”, “dando” as suas necessidades.
- Na EdC a ênfase não está na filantropia, mas na partilha numa cultura do “ser”, que se opõe à “cultura do ter”.

Acrescentando um outro “elemento essencial” que vem acompanhando o desenvolvimento da Economia de Comunhão durante todo o decorrer dos anos, que é a intervenção de Deus, que dele sempre é acrescenta algo (Ibid., p.19). É a partir deste dar cristão que é marcada a Economia de Comunhão, segundo Chiara Lubich, atribuindo justamente a este “dar” evangélico, a razão que propicia uma abertura para o outro ou para uma determinada cultura, respeitando as diferenças, tradições e religião específica. Isso torna possível uma linguagem comum alicerçada em gestos solidários e fraternos, havendo um simbolismo cristão que atua como formador de cultura e responde por um clima amigável, solidário e cooperativo. Na afirmação de BARBACOVÍ (1999, p.123), “a Economia de Comunhão propõe um modelo de economia voltado para a superação dos problemas sociais e econômicos pela distribuição da riqueza produzida”

3 POLOS PRODUTIVOS BRASILEIROS

O Brasil apresenta uma significativa importância ao projeto, considerado o “berço da Economia da Comunhão” visto que o primeiro polo produtivo foi instalado no país, assume a segunda posição em quantidade de

empresas instaladas em seu território, ficando após a Itália. Embora seus princípios da partilha de lucro sejam extremamente diferenciados que as empresas tradicionais, a economia de comunhão usa formas semelhantes aos dos distritos industriais no que se refere a estrutura de seus polos, sendo conglomerados de empresas.

Da construção a administração dos polos produtivos/ou empresariais, são realizadas por empresas que se dedicam a este fim, que adquirem e urbanizam as áreas para posteriormente alugarem para as empresas da Economia de Comunhão, sendo que estas empresas também seguem os princípios destas, administrando baseados na gratuidade, a reciprocidade e a partilha, com diretores não remunerados e preço de mercado inferiores ao do mercado imobiliário (BIEHL, 2011). Fato marcante que atribuído aos polos é a expansão da economia de comunhão que ultrapassa de escala local para mundial, aumentando a sua possibilidade de sucesso.

No Brasil existem atualmente dois polos produtivos, localizados em seu território, os quais são: Polo Spartaco, situado em Vargem Grande Paulista, município de São Paulo e o Polo Ginetta em Recife, capital de Pernambuco.

3.1 Polo Produtivo Spartaco

O Polo Produtivo Spartaco está localizado em Vargem Grande Paulista, município de São Paulo, iniciando suas atividades em 1994, com capacidade para abrigar 10 empresas numa área de 50.849,36 m², estando em funcionamento seis empresas no polo, todas que pertencem a EdC, a Espri S/A Empreendimentos, Serviços e Projetos industriais, a Eco-ar Indústria e Comércio Ltda., a Prodiet Nutrição e Clínica, a AVN Embalagens, a Rotogine e Uniben Fomento Mercantil Ltda. Suas atividades empregam diretamente 108 colaboradores e indiretamente 53 colaboradores (BIEHL, 2011).

A seguir descreveremos algumas características das empresas inseridas no Polo Spartaco:

3.1.1 Espri S/A

Dentre as empresas que constituem o polo a Espri S/A apresenta fundamental importância, pois foi criada por especialistas em 1993 para construir e administrar o polo, representando o canal entre investidores e empresas inseridas no polo, dando-lhes suporte e os auxiliando. Possui dois funcionários, administrada por um conselho de administração e uma diretoria executiva, com reuniões periódicas. É também na empresa que são realizadas as atividades da Associação dos Empregados das Empresas do Polo Spartaco, que surgiu com o intuito de fornecer uma maior qualidade de vida para os empregados do polo, oferecendo assistência médica e odontológica, microcrédito, atividades recreativas, esportivas e culturais, também são realizados cursos de formação profissional e de artesanato (BIEHL, 2011).

3.1.2 AVN Embalagens Plásticas Ltda

Criada em 1999, desenvolve, transforma e comercializa embalagens plásticas para produtos químicos e detergentes. Demonstrando preocupação com o meio ambiente, sua linha de produtos são de matéria-prima recicláveis e buscam atender com o mesmo empenho de pequenos produtores a grandes industriais.

3.1.3 ECO-AR Produtos de Limpeza Ltda

Criada em 1995 com sete sócios para enfrentar os desafios propostos pela EdC. Com uma linha de produtos de limpeza variadas: amaciante, desinfetante, detergente, água sanitária, alvejantes, lustra moveis, dentre outros. Após a sua transferência para o polo, conseguiram ganhar espaço no mercado que era dominado por multinacionais, crescendo consideravelmente as suas vendas, fato atribuído a sua fidelidade e confiança na intervenção de Deus, como afirma Ercília Fiorelli, empresária da Eco-ar:

O segredo de um desenvolvimento tão rápido foi o compromisso de permanecermos fiéis ao projeto e a confiança na intervenção de Deus, que se revelou quando um importante centro de pesquisa quis analisar os nossos produtos e os considerou particularmente válidos:

dessa forma, dada a qualidade do produto, tivemos acesso ao mercado (POLOS PRODUTIVOS, 2012).

Um ponto importante ressaltado pela empresa é o cuidado com o consumidor e o meio ambiente, através do controle e qualidade de suas matérias-primas, essa seriedade e qualidade permitiu que três grandes redes de supermercados pedissem para que fabricassem produtos com as suas próprias marcas (Ibid.).

3.1.4 Prodiet Nutrição Clínica Ltda

A empresa nasceu em 1990 com uma representação de produtos para nutrição, expandindo nos anos seguintes e também no ramo farmacêutico. Após um desejo familiar de criação de uma empresa e um minucioso projeto de construção e análise de produtos, em 2007 foi inaugurada no Polo Spartaco. A linha de produtos especializadas em nutrição clínica consistem em produtos que visam tratar de enfermidades que agridam o corpo humano, de forma terapêutica, por meio de uma “alimentação específica, balanceada e saudável, fundamental para manutenção e recuperação da saúde ou prevenção de doenças, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida” (NUTRICAÇÃO CLÍNICA, 2013). Também atua no mercado internacional, mantendo relações com distribuidores no Mercosul, ampliando recentemente ao continente Europeu.

3.1.5 ROTOGINE KNE Plast Ind. E Com. Ltda

Em visita ao Polo Spartaco em 1995, François Neveux, um empresário francês, vira para oferecer aos empresários locais produtos que havia desenvolvido, mas ao ver as construção de um novo galpão para instalação de empresas, resolveu ele mesmo instalar uma empresa, assim surgiu a Rotogine no ano de 2000. “A empresa fabrica produtos em polietileno para a construção civil, para o armazenamento e transporte de líquidos, estação de tratamento de esgoto doméstico; produz ainda caiaques wave, playground infantis, lixeiras, acentos para

estádios etc” (ROTOGINE – KNE, 2013). Desenvolvendo sempre novos equipamentos para o mercado nacional e internacional.

3.1.6 UNIBEN Fomento Mercantil Ltda

Instalado em 1999, é caracterizada como uma empresa de “factoring”, ou seja, Fomento Mercantil, exercendo basicamente a função de compras de cheques ou duplicatas, recebidas de vendas de clientes a prazo, facilitando para a empresa que vendeu o crédito para negociações com fornecedores. Presta outros serviços do setor financeiro e venda de seguros para todo o Brasil. A sua criação foi direcionada para auxiliar as empresas da Economia de Comunhão, mas com o tempo abrangeu outras empresas da região (BIEHL, 2011). As taxas de juros cobradas são bem inferiores que as habituais, é tanto que Mariella Francischinelli, administradora da Uniben, comenta que os clientes acostumados com as condições de mercado normalmente perguntam se pode haver prejuízo para a empresa, ela também acrescenta que “fazemos a experiência de ver crescer as empresas, de ajudá-las a pagar os salários, a energia elétrica, a comprar a matéria prima, isto é, a produzir e gerar emprego. É um modo profissional de amar a empresa alheia como a própria” (UNIBEN, 2013).

3.2 Polo Produtivo Ginetta

Com o intuito de construir o polo, em 2003 foi adquirido o terreno de 8.3 hectares, os investimentos vieram em 2005 e a sua inauguração no ano de 2007. O Polo Ginetta, nome dado em homenagem a Ginetta Calliari, co-fundadora do Movimento dos Foculares, é o segundo polo de Economia de Comunhão do Brasil, sua infra-estrutura é composta por dois galpões, sede administrativa, auditório e salões para reuniões (POLOS PRODUTIVOS, 2013). Assim como no Polo Spartaco, o Polo Ginetta é administrado por uma empresa constituída para esse fim, a Polo Empresarial EDC do Nordeste S/A foi constituída em 20 de Abril de 2002, organizada com um conselho administrativo, diretoria financeira, técnica, e de

comunicação e marketing, contando com 3 empregados (BIEHL,2011). Em atuação no polo existem duas empresas: a Lado C Peças Criativas Ltda e a Dalla Strada Ltda, que iremos detalhar suas atividades:

3.2.1 Lado C Peças Criativas

A Lado C ocupa no polo um galpão de 200 metros quadrados, no qual trabalham 9 pessoas. Considerada uma das poucas empresas do segmento no Nordeste, com “artigos pessoais úteis, práticos e esteticamente agradáveis”, assim descreve Aparecida Pina, empresaria da Lado C que descreve sua empresa do seguinte modo:

Apenas dizer que minha empresa é uma empresa normal, segue todos os parâmetros do mercado, é competitiva e, se Deus quiser, vai se tornar grande. Eu espero poder contribuir para a formação dos jovens e dessas mulheres ao nosso redor, dando qualificação e melhorando a renda familiar. Nós nos encontramos uma vez por semana para avaliarmos como foi a vivência e para lermos algum texto formativo. De dois em dois meses faremos um encontro maior abordando temas específicos e algum treinamento (LADO C).

Produzindo nove diferentes produtos: nécessaire, avental doméstico, lixeirinha de carro, sacola não retornável para compras, porta níquel, porta celular, porta máquina fotográfica, porta-toalha e bolsa de praia.

3.2.2 DALLA STRADA

Com um nome de origem italiano, que significa vindo da rua, surgiu a partir do projeto Santa Fiora, um atelier de bolsas, motivado por beneficiar jovens em situação de risco que são atingidos pelo desemprego, ajudando estes jovens a melhorar sua qualidade de vida, possibilitando sua capacitação por meio de cursos profissionalizantes baseados nos princípios da Economia de Comunhão, abrangendo também outros jovens da região. Além da confecção de bolsas, também são produzidos acessórios, como cintos, sandálias, jóias e bijouterias.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto percebemos que a Economia de Comunhão tomou formas concretas a partir de 1991 com a visita de Chiara Lubich ao Brasil, em que idéias do projeto vieram a ser postas em prática com as empresas que seguiam os seus princípios baseados na partilha. Na qual os interesses econômicos não são as principais motivações.

Enquanto a economia capitalista de mercado tem como base a busca do sucesso individual, a competição (sentido shumpeteriano do termo), isto é, busca incessante de inovação nas empresas, para elevar a lucratividade e com a guarda dos segredos industriais para retardar ao máximo a inovação das demais empresas e assim manter os lucros, a economia da comunhão põe seu acento na participação coletiva na construção, na produção e na partilha.

Enquanto o resultado da ideia individualista é o direito do vencedor, no sistema capitalista de mercado de concorrência imperfeita, este atribui privilégios ao detentor da informação, do possuidor de monopólio, do domínio de recursos e tem como resultado a crescente riqueza de uns e a manutenção de grande parcela de excluídos, a Economia da Comunhão busca na fraternidade, no ganho sistêmico, na visão coletiva do bem comum e como perspectiva uma sociedade mais igualitária, justa e mais ética.

Há uma grande insuficiência do modelo econômico vigente, que não permite garantir a todos, satisfação e bem-estar, principalmente para uma maioria esquecida e excluída. Podemos vislumbrar a Economia de Comunhão como uma alternativa proposta que busca resgatar valores humanitários, da unidade, da reciprocidade, de forma a refletir no mundo econômico por meio de uma nova forma de empresa, fundamenta em princípios cristãos, se contrapondo em sua forma de lidar com os bens, lucros e relações humanas.

Ao primeiro contato com a Economia de Comunhão e toda a sua base teórica, podemos nos questionar quanto a sua viabilidade na prática, se não é apenas um projeto utópico ou nos influenciarmos com o pensamento econômico tradicional, egoísta e questionarmos também a conduta dos próprios empresários, mas diante de relatos expostos neste estudo, percebemos a seriedade e compromisso por parte dos empresários e seus administradores, em conformidade aos princípios base,

impostos as empresas que aderem ao projeto. Aparecida Pina, empresaria da Lado C Peças Criativas que atualmente conta com 9 funcionários, inserida no Polo Ginetta, ao comentar quanto a escolha de seus funcionários disse que no momento da escolha de seus funcionários, preferiu cinco jovens que moravam na proximidade do pólo e que sabia que elas não teriam a mesma oportunidade, “mesmo com todas as capacidades que possuem” (LADO C, 2012), percebemos que as habilidades de seus funcionários foram valorizadas, podemos enquadrar essa afirmativa dentro do principio da Economia de Comunhão no qual os empresários devem formular estratégias e planos empresariais que enfoquem a pessoa humana, com iniciativas de ajuda a seus funcionários e valorização de seus talentos.

Em nosso estudo pôde-se perceber a ética e a qualidade de produção como algo também presente nesses diálogos, exemplo disso quando Ercília Fiorelli, empresaria da Eco-ar Produtos de Limpeza Ltda, manifestou a preocupação da empresa quanto ao cuidado com a preservação do meio ambiente:

Trata-se de um mercado com margens mínimas que dão o alibi também para produções danosas para o consumidor e para o ambiente: usando, porém, matéria prima de origem controlada e ecologicamente aceitáveis, normalmente nos encontramos em situação de desvantagem em relação a quem não tem cautelas semelhantes e pode oferecer preços menores (ECO-AR, 2012).

Vale destacar que são empresas que se constituíram ou se adaptaram para adotar os princípios cristãos contidos nos evangelhos e na doutrina social da Igreja, os trazendo para o âmbito dos negócios. Motivado por necessidades reais de pessoas que em muitos casos só precisam de uma oportunidade, e mesmo não sendo um projeto com uma construção teórica voltada para a economia ou administração, tomou maiores proporções que as expectativas de seus próprios idealizadores. Entender a razão é compreender também a forma como seus adeptos a vêem, envolvendo fé e crer nas intervenções de Deus a seu favor, associando a um compromisso maior, vindo do céu para com os que estão na terra.

Um outro ponto importante a ser tocado quanto a Economia de Comunhão é sua compatibilidade com a economia de mercado, isso porque o funcionamento das empresas da EdC não precisam requerer alguma alteração política ou econômica no âmbito de atuação, nem mesmo competirem apenas entre empresas que participam

do projeto, mesmo com suas visões e métodos próprios que se opõem a dinâmica da economia tradicional, conseguem transitar no mesmo ambiente.

Por fim, não podemos afirmar que a Economia de Comunhão é uma alternativa “ideal” de empresa, mas o que podemos comprovar é que este projeto é algo que vem expandindo no decorrer de seus 21 anos de criação, ganhando força com seus polos produtivos e abrangendo gradativamente diversos continentes. Essas empresas que estão ligadas ao projeto geram um impacto transformador na vida das pessoas que estão inseridas nessa realidade, vivenciando a “cultura da partilha” e colaborando para o surgimento de “homens novos”.

REFERÊNCIAS

BARBACOVI, L. J. **Economia de Comunhão: um projeto de inspiração cristã**. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999.

BARBOSA, R. N. C. **A Economia Solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

BRUNI, L. **Comunhão e as novas palavras em economia**. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2005.

DALLA STRADA. Disponível em <www.dallastrada.com> acesso em 12 de Outubro de 2013.

ECO-AR. Disponível em <<http://www.edc-online.org/br/quem-somos/polos-produtivos/polo-spartaco/347-eco-ar.html>> Acesso em 12 de Outubro de 2013.

GOLD, L. **As raízes da ética econômica do Movimento dos Focolares**. Mercado e da moralidade, v.6, 2003.

GUIMARÃES, M. F. S. **Economia de Comunhão: Expansão do Movimento Focolares no Brasil**. Pará: 2006.

LEITE, K. C. **Economia de comunhão: a construção da reciprocidade nas relações entre capital, trabalho e estado**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

LUBICH, C. **A experiência economia de comunhão: da espiritualidade da unidade, uma proposta de agir econômico**. In: BRUNI, Luigino. Economia de comunhão: uma cultura econômica em várias dimensões. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002.

MARQUES, D. S. P. et.al. Economia de comunhão e redes de empresas: estudo de caso e análise de conteúdo. **Rev. FAE**, Curitiba, v.10, n.2, p.115-129, jul./dez. 2007

MOVIMENTO dos Focolares. Disponível em: <www.focolares.org.br>. Acesso em: 25 de Outubro de 2011

NUTRIÇÃO CLÍNICA. Disponível em: <http://www.prodietnutricao.com.br/Profissionais/home>. Acesso em 13 de Outubro de 2013.

ROTOGINE – KNE. Disponível em: <http://www.edc-online.org/br/quem-somos/polos-produtivos/polo-spartaco/37-rotogine-kne.html>. Acesso em 14 de Outubro de 2013.

SCHENEIDER, J. O. A economia sociosolidária e o cooperativismo: alternativas socioeconômicas para o Brasil. In: OSOWSKI, Cecília. **Bem comum e solidariedade por uma ética na economia e na política do Brasil**. Rio Grande do Sul, 2003. p.131-165.

SINGER, P. et. al. **Economia Solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003.

UNIBEN. Disponível em: <http://www.edc-online.org/br/quem-somos/polos-produtivos/polo-spartaco/348-uniben.html>. Acesso em 14 de Outubro de 2013.

VILLARDI, B. Q. Economia de comunhão e aprendizagem: uma perspectiva epistêmica. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.41, n. 5, p. 835-861, set./out, 2007.